

## **ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IAPS -1º trimestre 2014**

Aos treze de junho de 2014, reuniram-se na sala de reuniões na sede o Instituto de Aposentadoria e Pensões do Município de Sumidouro-IAPS, os membros do conselho administrativo, Lucilvanio de Lima Gonçalves, Jose Ricardo, Ângela Maria Naffah Rodrigues, Jose Manoel Cardoso, o presidente Sr. Dilermando de Souza Mattos o atual tesoureiro do Instituto, Sr. João Vicente Martins Vianna e o Sr. Julio Cesar Francisco, para secretariá-lo, e em conjunto e, cumprindo o previsto no item V do Artigo 1º da Portaria MPS 519/2011 e consonância com a Resolução CMN 3.922 de 25 de novembro de 2010, deliberarem sobre a rentabilidade e riscos dos investimentos do IAPS nos meses de janeiro, fevereiro, março de 2014, além de outros assuntos de interesse o Instituto. Dando inicio a reunião presidente do IAPS fez breve explanação a respeito do comportamento do mercado financeiro nos últimos, doze, seis e três meses. Após, teve inicio a apresentação detalhada dos dados e resultados apurados em relatório da carteira de investimento financeiro do IAPS, elaborado pela empresa Conexão, referente ao período de janeiro/março, aos conselheiros presentes que, por unanimidade, aprovaram a carteira, mesmo não tendo atingindo a meta atuarial prevista na PAI para 2014, todos os conselheiros foram unânimes em verificar o empenho do gestor em cumprir a meta e concordaram se tratar de tarefa árdua considerando a instabilidade do mercado financeiro mundial e, conseqüentemente e principalmente, os problemas refletidos sobre o mercado nacional. Os conselheiros presentes, após análise dos resultados constantes do relatório elaborado pela conexão e considerando as sugestões de alocação de recursos apresentadas pela empresa Conexão considerando, ainda, as dificuldades existentes em se reunirem, autorizaram o presidente do Instituto na qualidade de gestor da carteira de investimentos, juntamente com o Comitê de investimento, seguindo os ditames da PAI 2014 e ainda observando as sugestões de realocação de recursos apresentada pela empresa de consultoria, decidirem e realizarem os procedimentos necessários visando atingir a meta atuarial da forma mais rápida possível. Ratificaram ainda, autorização, constantes das atas das ultimas reuniões para aplicação dos recursos provenientes de receita corrente, quais sejam: contribuição previdenciária patronal e dos servidores, dos aportes previstos em lei e dos resgates automáticos referentes ao adiantamento de cotas dos fundos com esse mecanismo; nos produtos já constantes da carteira de investimento atual do IAPS, observando-se as sugestões da empresa conexão, contratada para prestar consultoria de investimentos do IAPS, limites e regras estabelecidas na PAI para 2014, optando sempre que possível, em alocação dos recursos de forma mais rápida e efetiva possível. O presidente prestou esclarecimentos sobre a necessidade de realocação de recursos efetuada, extraordinariamente, atendendo a sugestão da Conexão, que detectou o desenquadramento da carteira no mês de maio/2014. O gestor demonstrou ter efetuado o resgate de R\$ 18.000.000,00, investido no Fundo Caixa Referenciado DI, aplicação no Fundo Caixa IRFM-1 do valor de R\$ 13.000.000,00 e R\$ 5.000.000,00, no Fundo Caixa IMA-B. desta forma reenquadrando a carteira de

investimentos do IAPS. O presidente, apresentou aos conselheiros presentes todos os documentos e relatórios que compõem o Balanço de prestação de contas referente o exercício de 2013 para análise e manifestação dos presentes que, por unanimidade aprovaram-no. O presidente expos aos membros do conselho presentes o fato de o RPPS do município estar sem CRP desde dezembro de 2013. Explicou que o problema é de desequilíbrio atuarial e que tem buscado alternativas viáveis ao Instituto e ao executivo municipal, junto com o atuário e os representantes do executivo. Porém deixou clara a necessidade de adequação legislativa, prerrogativa do executivo de nossa cidade e, que na oportunidade, dentro dos cenários apresentados pelo o atuário, sugeriu ao executivo a implantação de alíquota patronal igual a 12,08% mais 2% a título de taxa de administração . Finalmente o presidente, não havendo mais nada a se deliberar, agradeceu a presença de todos os membros e deu como encerrada a reunião e por estarem todos de acordo com a ata firmam a seguir: